

Os ricos também devem

13 AGO 1985

Dívida Externa

por Tom Camargo
de Londres

No final de 1984, quando os países em desenvolvimento fecharam seus balanços nacionais constataram que deviam US\$ 900 bilhões a credores estrangeiros e que isso representava o equivalente a 40% de seus produtos nacionais brutos reunidos.

Se fizessem o mesmo, os países industrializados, os 21 maiores, que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) escriturariam uma dívida externa bruta de US\$ 2,7 trilhões, equivalendo a 33% de seus PNB.

Aquilo que os bancos chamam de "grande dívida de alta qualidade" — nos últi-

mos dez anos apenas três países industrializados tiveram de recorrer aos empréstimos condicionais do FMI — vem crescendo de forma acelerada e a crise dos devedores pobres animou ainda mais esta tendência.

Em 1980, os membros da OCDE eram responsáveis por 58% de todos os fundos levantados no mercado internacional: no ano passado fizeram 79% do movimento.

Segundo um economista do Lloyds Bank cujo boletim internacional circulado ontem apresenta um cuidadoso estudo da dívida do Primeiro Mundo, "dá-se tão pouca importância ao passivo internacional dos ricos quanto, até algum tempo atrás, se dava à dívida interna de países como o Brasil".

Grande parte do crescente endividamento de europeus, japoneses e norte-americanos deve-se à internacionalização dos mercados financeiros e, em particular, à vitalidade dos centros que lidam com euromoedas.

Mecanismos mais flexíveis e inovadoras linhas de crédito colaboraram para a recente deterioração da posição externa líquida de diversos países industriais, constata o Lloyds Bank.

Em alguns países a dívida líquida externa (isto é, já feita a dedução dos ativos de bancos comerciais no exterior) já representa mais da metade no PNB e bem mais do que 100% das exportações de produtos e serviços. É o caso do Canadá, na Nova Zelândia, da

Dinamarca e, chegando perto, da Noruega.

Alguns deles, como Canadá, Noruega e Austrália, tomaram recursos no exterior para investir em projetos relacionados com a exploração de recursos naturais. Outros, como a Áustria e a Finlândia, não tinham poupança doméstica suficiente para aguentar um momento de rápida expansão na formação de capital.

De uma forma geral, todavia, os dois choques do petróleo teriam feito com que inúmeros países corressem aos emprestadores externos para equilibrar seus déficits de caixa, uma opção mais confortável do que a simples elevação do custo interno do dinheiro.

Na Itália, na Bélgica e na Suécia o déficit governamental tem ficado na média anual de 10% do PNB nos últimos cinco anos, enquanto em paralelo crescia o endividamento externo.

Nos Estados Unidos, o déficit orçamentário, que cresceu aos saltos durante o governo Reagan, fechou

1984 em US\$ 176 bilhões, ou 4,8% do PNB. Sua contraparte, um déficit em conta corrente de US\$ 102 bilhões no ano passado, fez dos Estados Unidos um devedor líquido, algo que não acontecia desde 1914.

Para os economistas do Lloyds Bank não há motivos imediatos para preocupação com relação à dívida externa dos países industrializados. Mesmo os mais carregados ainda preservam relações mais favoráveis do valor de seus encargos via-à-vis o valor de suas exportações e dos PNB do que os países em desenvolvimento.

Eles apenas observam que o nível do endividamento favorece situações de tensão nos mercados de moedas e na frente dos juros. Mesmo países capazes de se autofinanciarem, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Alemanha, já têm pouco espaço para fazê-lo sem ter de bancar uma desvalorização de suas divisas ou um aumento do custo doméstico do dinheiro.